



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000443485

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1505524-72.2020.8.26.0075, da Comarca de Bertioga, em que é apelante MUNICÍPIO DE BERTIOGA, é apelado CASSIO LANARI DO VAL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (Presidente sem voto), BEATRIZ BRAGA E HENRIQUE HARRIS JÚNIOR.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

BOTTO MUSCARI
Relator
Assinatura Eletrônica

Apelação Cível:1505524-72.2020.8.26.0075

Apelante:Município de Bertioga

Apelado:Cassio Lanari do Val

Comarca:Bertioga

Voto nº 13.031

EXECUÇÃO FISCAL. TEMA 1184 DA REPERCUSSÃO GERAL E RESOLUÇÃO N. 547/CNJ. PROCESSO QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES AUTORIZADORAS DE EXTINÇÃO. APELAÇÃO DO MUNICÍPIO PROVIDA.

Trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE BERTIOGA contra a r. sentença de fls. 70/71, que extinguiu a execução por falta de interesse de agir.

Não vingou recurso integrativo (fls. 80/83).

O ente subnacional afirma: a) cumpre ter em mente os arts. 9º e 10 do C.P.C.; b) não teve oportunidade de manifestar-se antes do decreto extintivo; c) conta com jurisprudência; d) ainda não foram realizadas todas as diligências necessárias à identificação de ativos da parte devedora; e) as vias administrativas foram devidamente trilhadas; f) a decisão do Tema 1184/STF não anulou aquela proferida no Tema 109/STF; g) a Resolução n. 547/CNJ usurpou competência e violou a autonomia dos Municípios; h) deve ser considerada a realidade local; i) em Bertioga existe lei que define pequeno valor, para fins de execução fiscal; j) cumpre recordar a Súmula 452/STJ; k) providências extrajudiciais não são exigíveis nos processos anteriores ao Tema 1184/STF; l) ato normativo expedido pelo CNJ não tem efeito retroativo; m) a sentença deve ser reformada (fls. 86/107).

Sem contrarrazões.

Inexiste oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Em 19 de dezembro de 2023, por votação unânime, o Supremo Tribunal Federal aprovou a seguinte tese de repercussão geral (Tema 1184):

"1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis".

Mais tarde, julgando declaratórios opostos ao v. acórdão, a mais alta Corte brasileira decidiu: "O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, sem atribuição de efeitos infringentes, apenas para esclarecer que a tese de repercussão geral fixada na espécie aplica-se somente aos casos de execução fiscal de baixo valor, nos exatos limites do Tema 1.184, incidindo também sobre as execuções fiscais suspensas em razão do julgamento desse tema pelo Supremo Tribunal Federal" (Plenário Virtual de 12 a 19/04/2024, rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA – *pus ênfase*).

Se a tese se aplica também a execuções suspensas, é evidente que, para o Pretório Excelso, não cabe distinção entre execuções aforadas **antes ou depois** do julgamento do Tema de repercussão geral. Sim, pois execuções que se achassem suspensas obviamente haviam sido ajuizadas **antes** do pronunciamento de 19 de dezembro de 2023 (como suspender um processo sequer inaugurado?).

Baixo valor, segundo o Conselho Nacional de Justiça, é aquele **menor do que R\$ 10.000,00** (art. 1º, § 1º, da Resolução n. 547/2024), pouco importando a existência de lei municipal prevendo limite diverso.

Como à execução *sub judice* foi atribuído o valor de **R\$ 1.122,64** (fl. 1), por certo ela atende ao requisito valorativo.

À luz do art. 1º, § 1º, da mencionada Resolução, deverão ser extintas as execuções fiscais em que não haja movimentação útil há mais de um ano: **a)** sem citação da parte executada; **b)** sem localização de bens penhoráveis, mesmo que exista citação.

Exame dos autos revela que: **i)** o processo teve início no dia 18/12/2020 (dado disponível no SAJ); **ii)** não vingaram tentativas citatórias (fls. 25 e 41); **iii)** o credor requereu citação por Oficial de Justiça em fevereiro de 2023 (fls. 45); **iv)** em maio seguinte, ato ordinatório concitou o exequente a provar recolhimento das custas para cumprimento da diligência (fls. 46); **v)** no mês de julho de 2023, o Município pleiteou a expedição do mandado, com ressarcimento posterior via mapa (fls. 53/54); **vi)** em fevereiro de 2024, a MM. Juíza de Direito determinou que o exequente provasse recolhimento das verbas de diligência (fls. 56/57); **vii)** em setembro do mesmo ano, o credor requereu expedição do mandado de citação, antecipando o valor referente às diligências do Oficial de Justiça (fls. 66/67), pleito sequer analisado; **viii)** a execução foi extinta em outubro de 2024 (fls. 70/71).

Respeitado o entendimento da ilustre Magistrada de Bertioga, este processo **não se enquadra** nas hipóteses ensejadoras de extinção.

Presente fundamento que leva ao êxito da pretensão recursal, não é preciso avançar sobre outros temas ventilados na apelação. Afinal, "o julgador não está obrigado a reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes, quando já tenha encontrado fundamento suficiente para sua conclusão, sendo desnecessária a citação, no acórdão, dos dispositivos legais invocados e tampouco responder um a um" (TJSP - Embargos de Declaração Cível n. 2232526-70.2021.8.26.0000/50001, 12ª Câmara de Direito Público, j. 15/06/2022, rel. Desembargador OSVALDO DE OLIVEIRA).

Em face do exposto, voto pelo **provimento** da apelação.

BOTTO MUSCARI
Relator